

LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 08/2026**LS Nº 08/2026/LICENÇA SIMPLIFICADA/SEMADS**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 3º da Lei nº 3.412 de 23 de janeiro de 2017, expede a presente **LICENÇA SIMPLIFICADA**, requerida através do **Processo nº 2025-TG5VL** que autoriza a:

EMPRESA / NOME: Mineração e Serviços Rodrigues LTDA

CNPJ / CPF: [REDACTED]

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: [REDACTED]

Coordenadas (UTM) Zona 24K: Porto 01: 7725287 m S / 239548 m E; Porto 02: 7724656 m S / 239134 m E; Porto 03 7725831 m S / 238463 m E.

A EXERCER À ATIVIDADE: Extração de areia em leito de rio. XXX

Esta **LS** é válida pelo período de **1.460** dias, a contar da data do recebimento, observadas as **CONDICIONANTES** discriminadas, bem como seus anexos que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Alegre - ES, 02 de março de 2026.

GRAZIELA FERREIRA DA SILVA EMERICK
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Integra a presente **LICENÇA SIMPLIFICADA**, 01 (um) anexo contendo 42 (QUARENTA E DUAS) condicionantes que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos.

CONDICIONANTES LICENÇA SIMPLIFICADA 008/2026

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Processo: 2025-TG5VL

Requerente: Mineração e Serviços Rodrigues LTDA

CPF/CNPJ: 54.913.004/0001-90

Assunto: Solicitação de Licença Simplificada

Atividade: 1.05 Extração de areia em leito de rio

DADOS DO EMPREENDIMENTO

Localização: Córrego Bom Sucesso, Araraí, Zona Rural, Alegre-ES.

Coordenadas: 24k; 239632 m E/ 7725282 m S

ANM nº: 896.112/2018

Registro de Licença na ANM nº: 10/2020

CONDICIONANTES:

1. Esta Licença Simplificada refere-se exclusivamente à atividade de extração de areia em leito de rio na área acima descrita;
2. A LS autoriza a instalação da lavra em três pontos distintos, todos na Zona 24K: Porto 01 UTM (S): 7725287 UTM (E): 239548; Porto 02 UTM (S): 7724656 UTM (E): 239134, Porto 03 UTM (S): 7725831 UTM (E): 238463;
3. Esta LS dá direito à operação da atividade requerida dentro das normas e especificações desta licença;
4. Esta licença foi emitida com fundamento no Decreto Municipal nº 13.356/2024;
5. Apresentação obrigatória desta licença sempre que a atividade for vistoriada;

6. A contagem do prazo desta licença e das suas condicionantes inicia a partir do recebimento da mesma;
7. A operação em desacordo com as informações prestadas no requerimento da licença ou com as condicionantes aqui descritas sujeitarão a empresa, seus representantes, seus responsáveis técnicos e contratados envolvidos às penalidades administrativas previstas em lei, além de serem adotadas as providências para responsabilização civil e criminal;
8. Afixar na entrada do empreendimento, em local de ampla visualização, placa informativa, de fácil visualização e leitura, com fundo branco, nas dimensões mínimas 1,20 x 0,80 m, no **prazo de 30 (trinta) dias** após a obtenção da licença, com o seguinte texto:

Licença Simplificada – LS N° 008/2026 SEMADS

Razão Social: Mineração e Serviços Rodrigues LTDA

CNPJ: 54.913.004/0001-90

Localização: Córrego Bom Sucesso, Araraí, Zona Rural, Alegre-ES.

Coordenadas (UTM) Zona 24K: Porto 01: 7725287 m S / 239548 m E;

Porto 02: 7724656 m S / 239134 m E; Porto 03 7725831 m S / 238463 m E.

Processo SEMADS: 2025-TG5VL

Atividade: “Extração de areia em leito de rio”

Validade: 1.460 dias, a contar da data do recebimento

Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Telefone de contato para fiscalização: (28) 3300-0107

9. Apresentar, no **prazo de 15 (quinze) dias** após a afixação da placa informativa, relatório fotográfico que comprove o cumprimento da condicionante 8;
10. Apresentar memorial descritivo, descrevendo detalhadamente as máquinas e equipamentos que serão efetivamente utilizados no empreendimento, bem como descrever as instalações físicas e de apoio a serem utilizadas. **Prazo: 30 (trinta) dias**;
11. Promover a devida sinalização de advertência da movimentação de máquinas e veículos no entorno do empreendimento, a fim de evitar possíveis acidentes entre os usuários das vias e os veículos utilizados na obra, informando sobre o tráfego de caminhões e máquinas pesadas;

12. Quaisquer alterações/adequações necessárias nos projetos apresentados deverão ser previamente informadas à SEMADS para análises e manifestações. **Prazo: antes da intervenção;**
13. Implantar medidas de controle ambientais eficazes quanto a emissões de gases e ruídos pelos equipamentos, máquinas e veículos, bem como para a geração de material particulado, **garantindo a eficiência necessária, sem ocasionar transtorno ao bem-estar e saúde da população;**
14. Promover a correta manutenção dos equipamentos para que **NÃO** haja contaminação por resíduos oleosos do curso hídrico;
15. Em casos de necessidade de manutenções emergenciais dos equipamentos em geral utilizados para o desenvolvimento da atividade, deverão ser adotadas as medidas de controle ambiental a fim de evitar contaminação de solo e água;
16. Caso haja elevação aérea de material particulado, deverá ser promovida a periódica umectação no local das obras e nas vias de acesso;
17. A atividade **NÃO** poderá trazer transtornos de qualquer tipo aos residentes do entorno da instalação da lavra;
18. Caso haja necessidade de supressão de vegetação, deverá ser solicitada a autorização de supressão vegetal ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF. **Prazo: antes da intervenção na vegetação;**
19. Fica vedada a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente – APP, bem como a instalação de estruturas fixas, edificações ou pátios permanentes dentro da faixa marginal de proteção, ressalvada a atividade de extração mineral licenciada no leito regular do curso d'água (art. 4º da Lei nº 12.651/2012);
20. Manter as vias de acesso vicinais com constante manutenção, a fim de mitigar os impactos causados pelo trânsito de caminhões e máquinas;
21. Os caminhões utilizados no transporte do material não poderão transitar com peso bruto total (PBT) superior a 15 (quinze) toneladas, considerando que as vias de acesso são não

pavimentadas (estradas vicinais de terra) e possuem capacidade estrutural limitada, a fim de evitar danos à infraestrutura viária e impactos ao entorno.

- 22. A cada 6 (seis) meses**, apresentar relatório com planilhas de controle constando dos dados de placa, lotes e tara dos caminhões que operam no empreendimento;
- 23.** Caso sejam constatados danos à pavimentação das vias de trânsito de máquinas e caminhões, o requerente fica obrigado a compensar os danos causados às vias públicas;
- 24.** Deverá ser mantido no local da atividade kit emergencial para contenção de vazamento de óleos lubrificantes dos equipamentos utilizados;
- 25.** Implantar sistema de drenagem constituído por leiras de contenção e caixas de decantação nas bordas dos pátios de deposição da areia em operação, do trajeto de retorno da água ao rio. Realizar a manutenção periódica do sistema, de forma que todos operem com máxima eficiência no sentido de evitar o surgimento de processos erosivos e/ou assoreamento, apresentando comprovação desta manutenção através de relatório fotográfico, encaminhado juntamente com o relatório ambiental semestral de atividades. **Prazo: 60 (sessenta) dias;**
- 26.** A dragagem deve ser direcionada aos bancos de areia formados no leito do rio (caso houver), decorrentes do processo de assoreamento, dentro dos limites das áreas licenciadas, observado o afastamento da balsa de, no mínimo, 1,5 m das margens como forma de preservar a calha natural e minimizar a interferência na dinâmica do corpo hídrico, conforme Instrução Normativa Nº 012/2008, Art. 7º, inc. III, do IEMA. **Apresentar relatório fotográfico comprovante junto ao Relatório Ambiental Semestral;**
- 27.** O material dragado deverá ser depositado diretamente sobre a caçamba do caminhão e em depósito temporário instalado em área plana próxima aos portos de dragagem, desde que seja mantida distância de, no máximo, 50 m da borda do rio (art. 4º do Código Florestal);
- 28.** A sucção não pode ser realizada próxima às margens do rio, para evitar seu desbarrancamento. A água bombeada durante a extração deve retornar ao corpo hídrico desprovida de resíduos e de modo que não cause desmoronamento (solapamento) da

margem (IN IEMA 012/2008, Art. 7º, inc. III). **Apresentar relatório fotográfico comprovante junto ao Relatório Ambiental Semestral;**

29. Destinar os resíduos recicláveis (papel, vidro, papelão, plástico, entre outros) à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Alegre – ASCOMA, conforme Portaria Nº 4.543/2022 da Prefeitura de Alegre;
30. Encaminhar, **semestralmente**, comprovante da destinação final adequada para os resíduos sólidos, em especial aqueles potencialmente perigosos à saúde humana, os quais devem ser feitos por empresa devidamente licenciada (neste caso, encaminhar também a nota fiscal);
31. Apresentar Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, com Anotação Técnica de Responsabilidade – ART, projetando o enriquecimento e ampliação da recomposição vegetal da mata ciliar, adotando-se apenas espécies nativas da região como forma de minimizar danos ao curso hídrico. A implantação do PRAD deverá ocorrer após a desmobilização da área intervida. **Prazo: 90 (noventa) dias;**
32. Apresentar, **semestralmente**, relatório fotográfico-descritivo da evolução comparativa das atividades de lavra, como também das medidas compensatórias, de recuperação e minimização executadas, incluindo o cumprimento das condicionantes aqui descritas.
33. Em caso de modificação da atividade em relação aos projetos e estudos apresentados, o empreendedor deverá entrar em contato com a SEMADS e requerer a autorização ou novo licenciamento ambiental, se for o caso, antes de promover qualquer modificação, sob pena de embargo das atividades e sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
34. Esta licença se refere apenas aos aspectos ambientais da atividade em questão e não exime o seu titular da apresentação de outros documentos legalmente exigíveis a outros órgãos. Também não impede a ação dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras nem desobriga o requerente da obtenção de autorizações, anuências, laudos, certificados ou outros documentos previstos na legislação vigente, sendo de sua responsabilidade a adoção de qualquer providência nesse sentido;
35. Requerer renovação desta licença **120 (cento e vinte) dias** antes do seu vencimento;

36. Toda documentação a ser apresentada para atendimento das exigências feitas pela SEMADS deverá mencionar explicitamente o número da condicionante, do ofício, das notificações e/ou qualquer instrumento a que se refere;
37. **Não** é permitido quaisquer alterações ou modificações nos projetos apresentados sem a prévia aprovação da SEMADS;
38. Apresentar relatório fotográfico-descritivo após o fim das obras. **Prazo para apresentação do relatório: 15 (quinze) dias** após o fim das obras;
39. Em caso de paralisação temporária, manter medidas de controle ambiental. Em caso de encerramento definitivo, executar recuperação integral da área;
40. A extração não poderá alterar significativamente o regime hidráulico do curso d'água;
41. Fica vedado o aprofundamento do leito além do perfil natural médio do curso d'água;
42. As operações deverão respeitar horário comercial diurno.

Alegre - ES, 02 de março de 2026.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PDF Redactor Free

GRAZIELA FERREIRA DA SILVA EMERICK

SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GSEMADS - SEMADS - PMAL

assinado em 02/03/2026 15:33:56 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/03/2026 15:33:57 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por DÉBORA PELLANDA FAGUNDES (BIOLOGO - CTLAMB - SEMADS - PMAL)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-K2R8WH>